

Jornalismo e retórica na era das subjetividades

Edgar Lyra

O problema

Tentarei ater-me ao objetivo explícito deste dossiê: debater a prática jornalística na era das subjetividades. A formulação, todavia, nada tem de simples e envolve pelo menos três grandes e entrelaçadas ordens de problemas.

A primeira concerne à ideia ampla de “objetividade” supostamente em crise, ideia essencialmente ligada à civilizacional ocidental e, de forma mais pontual, à modernidade.

A segunda ordem de problemas relaciona-se à definição de jornalismo e às pretensões de objetividade que o cercam. A reivindicada “objetividade jornalística” tem como correlatos mais diretos a imparcialidade, a clareza, a coerência e a correspondência aos fatos. Acrescente-se que a configuração do bom ou verdadeiro jornalismo põe em foco a finalidade da “difusão da informação”, envolvendo vieses éticos e políticos, não apenas epistemológicos.

Uma terceira e última ordem de problemas reúne e potencializa as anteriores ao pôr em foco as novas tecnologias e as mudanças de hábitos por ela provocadas, hábitos cognitivos, judicativos e mesmo perceptivos. É, afinal, tempo de advento de novos meios de comunicação, de novos assuntos jornalísticos e novas formas de lidar com eles.

Dado esse novelo de problemas, é a velha prática de revisitar o passado que nos fornecerá chão. Filósofos houve, decerto desde o século XIX – e desde então com diferentes aportes metodológicos –, que procuraram reconstruir os caminhos que nos trouxeram ao atual emaranhado de impasses e promessas. Mas aqui, são

antes as lições da Antiguidade que nos interessam. É que mesmo muito metamorfoseadas, certas questões mostram-se extremamente persistentes em seu núcleo duro, tendo sua adequada memória algo a nos ensinar. Questões desse tipo são a da Verdade e do possível acesso a ela como termo de Conhecimento, Justiça e Bem comum. Também a questão das ações e dos discursos capazes de expurgar da *pólis* o que é falso, iníquo ou nocivo situa-se nessa categoria.

Origem da objetividade jornalística

Berço não só filosofia ocidental, mas também da retórica, do teatro, da historiografia, das teorias políticas e de boa parte de nossas instituições, a Grécia Antiga é particularmente digna de atenção. O *logos* – palavra logicamente articulada e atenta às verdades do mundo – define em sua sedimentação grega não apenas o surgimento da racionalidade explicativa, alternativa à mentalidade mítica até então hegemônica, mas toda uma nova forma de enfrentamento da condição humana.

A historiografia, por exemplo, que tem tão estreitamente a ver com o jornalismo, é somente no contexto grego que ganha os contornos que ainda hoje lhe atribuímos. Tucídides ainda criticava Heródoto, dito “primeiro historiador”, pelo fato deste misturar fantasia com fatos em sua reconstrução da guerra entre gregos e persas. Diz o general Tucídides, no século V a. C, em sua *História da Guerra do Peloponeso*:

Quanto aos discursos que cada uma das partes pronunciou, quer nas vésperas da guerra, quer no seu decorrer, reproduzir-lhes as palavras exatamente era difícil, para mim quando os ouvira pessoalmente, e para os outros quando me transmitiam o que tinham ouvido de qualquer fonte; (...) E, quanto às ações que foram praticadas na guerra, decidi registrar não as que conhecia por uma informação casual, nem segundo conjectura minha, mas somente aquelas que eu próprio presenciara e depois de ter pesquisado a fundo sobre cada uma junto de outros, com a maior exatidão possível. Muito penoso era o trabalho de pesquisa, porque as testemunhas de cada uma dessas ações não diziam o mesmo sobre os mesmos fatos, mas falavam segundo a simpatia por uma ou outra parte, ou segundo as lembranças que guardavam. E para o auditório o caráter não fabuloso dos fatos narrados parecerá talvez menos atraente; mas, será o bastante se virem sua utilidade aqueles que querem examinar o que há de claro nos acontecimentos passados (...). (Tucídides, 2008: 29-31).¹

Ainda que a narrativa histórica não seja já propriamente *jornalismo*, não é difícil enxergar na passagem problemas muito atuais. Encontra-se explícita a questão das fontes e da dificuldade de depurá-las de suas parcialidades. Igualmente presente está o problema, hoje potencializado pela sociedade de consumo que em grande parte

custeia a atividade jornalística, da necessidade de tornar atraente a notícia. Ou seja, esse antigo “correspondente de guerra” tratava de questões ainda presentes após mais de dois mil e quinhentos anos. Questões, vale insistir, que não devem ser vistas como se pudessem ser resolvidas pela pura imposição de códigos jornalísticos de ética, via de regra esquecidos do agudo problema da sua suficiente fundamentação, e mesmo da real possibilidade de fazerem-se observar.

Sofistas e filósofos

É do embate entre filósofos e sofistas que vêm as lições mais generosas. Num caldo cultural de crescente apreço pelos discursos, era natural que a palavra se erigisse rapidamente como elemento de poder. Justamente, foi para evitar que a novidade do *logos* se perdesse em mera substituição da velhíssima lei do mais forte por uma nova lei do mais eloquente, que ganharam vida e identidade os *filósofos*, em outras palavras, homens empenhados na luta pelo prevalecimento da Verdade e não na simples substituição da força das armas pela das palavras. Platão expressa seus temores ao fazer Górgias, um dos sofistas mais influentes e ricos da época, dizer a um irônico Sócrates:

GÓRGIAS: Sim, tentarei, Sócrates, desvelar claramente todo o poder da retórica, pois tu mesmo indicaste bem o caminho. Decerto sabes que esses arsenais e essas muralhas de Atenas, bem como o aparelhamento dos portos, são fruto do conselho de Temístocles, em parte do conselho de Péricles, não dos artífices.

SÓCRATES: É o que se fala, Górgias, sobre Temístocles; quanto a Péricles, eu mesmo o ouvi quando nos aconselhou sobre as muralhas medianas.

GÓRGIAS: E quando houver alguma eleição concernente àquelas coisas por ti referidas há pouco, Sócrates, vê que são os oradores os que aconselham e fazem prevalecer suas deliberações sobre o assunto.

SÓCRATES: Por admirar isso, Górgias, há tempos pergunto qual é o poder da retórica. Pois quando examino sua magnitude por esse prisma, ele se mostra quase divino.

GÓRGIAS: Ah! se soubesses de tudo, Sócrates: todos os poderes, por assim dizer, ela os mantém sob sua égide.(...) (Platão, 2011: 201).²

Esse pequeno trecho é, como o anterior, prenhe de questões contemporâneas. Palco da primeira experiência *democrática* de que se tem notícia, a Grécia viu Sócrates ser condenado à morte *num julgamento justo, com amplo direito de defesa*, pela acusação de atentar contra os deuses de Atenas e corromper os jovens das suas famílias mais ricas. Em seu hábito de questionar os *lugares-comuns discursivos (topói)* dos atenienses,

Sócrates expunha irremediavelmente as vacuidades e formas espúrias de autoridade neles implícitas, findando por incompatibilizar-se com o processo hegemônico de formação e sustentação da opinião em sua cidade. Sucumbia, simbolicamente, frente a uma espécie de direito da maioria de defender-se das iconoclastias, o exercício da pública busca de clareza sobre as coisas às quais damos respaldo. Sim, fora dada a Sócrates, ao fim do primeiro turno do julgamento, a possibilidade de propor pena alternativa à pedida pela acusação, desde que se desculpasse de suas impertinentes atitudes e promettesse nelas não mais insistir.

A pertinência de mais essa remissão aos gregos é que, mesmo deixando ainda de lado a diferença entre a antiga ágora e nossa aldeia global, sobrevive a suspeita de que também nossos processos de formação de opinião sejam algo iníquos.

O problema é pervasivo. Górgias chega a sugerir, na sequência do diálogo, que alguém que detivesse o poder da palavra, mesmo sem conhecimentos reais de medicina, poderia levar vantagem sobre um médico ao discursar para leigos sobre assuntos de saúde. Não é difícil pôr em prosa a sugestão do sofista. Basta imaginar o primo pedante que, no churrasco da família, contesta o cunhado médico fazendo referência a *notícias divergentes que teria lido ou ouvido na mídia*, sustentadas por pesquisas médicas feitas em centros de inquestionável excelência.

Não seria tão grave se tudo se resumisse a esse tipo de disputas, se não estivessem por vezes em jogo a vida de pessoas, de povos, da humanidade ou mesmo da biosfera, como na veiculação destacada de suspeições que, uma vez tidas por infundadas, merecem apenas uma “notinha de rodapé” nos noticiosos; ou na reprodução acrítica de razões oficiais para guerras que, constatadas falsas, ajudaram já a perpetrar todo um manto de humilhação e destruição; ou ainda nos *lobbies* “jornalísticos” pela liberação desta ou daquela novidade técnica, não raro de interesse de anunciantes, que, afinal percebida em seus efeitos colaterais nocivos, tornou-se já parte inalienável da vida de todos. – E assegurar como, que o discurso não sirva a interesses engessados, espúrios, menores ou sectários?

Democracia e demagogia

A “alegoria da caverna” é de longe a passagem mais conhecida de Platão, especialmente das pessoas ligadas à comunicação social e ao jornalismo. Não foram poucos os que enxergaram o “Cidadão Kane” a carregar, por trás do muro interior, os objetos cujas sombras monopolizam a atenção dos prisioneiros. Somente que Platão foi grande o suficiente para não simplificar o problema demonizando os formadores de opinião. Na esteira da morte de Sócrates, pensava insistentemente no problema maior, ainda hoje sem solução, da formação e constituição de uma *pólis* que tornasse reis os seus melhores homens, em vez de condená-los à morte ou ao silêncio. Entendia que quanto melhores efetivamente fossem os dirigentes ou guardiões da

cidade-estado, melhores seriam os cuidados com a adequada formação dos cidadãos, dentre os quais, presumivelmente, emergiriam novos bons guardiões, num círculo virtuoso. A despeito de depositar na figura de um rei-filósofo a responsabilidade última por essa *Paideia*, Platão sabia muito bem – como se vê no *Político* – que sua *República* era *ideal* e que a lida concreta com os assuntos públicos demandava lucidez a respeito das *possíveis* formas de governo, amiúde a identificação das fraquezas e das forças de cada uma delas, bem como a reflexão sobre as tensões que faziam com que se mudassem umas nas outras. Platão não era decerto um democrata, o que até hoje a muitos causa horror; mas entendia que, na ausência de virtude entre os governantes e de boas leis *em vigor*, era, sim, a democracia o menos ruim dos regimes, quanto mais não seja por amortecer ou diluir os efeitos do poder divorciado da justiça (Cf. Platão, 1972: 258-259).³ É mesmo possível aproximar Platão do festejado Churchill, que ironizava ser a democracia “a pior das formas de governo, salvo todas as outras (...)”.⁴ Outro possível ponto de contato entre eles – nenhum dos dois, obviamente, infenso a críticas – seria a percepção de que a linha de fronteira entre a democracia e a demagogia é muito tênue. Dado certo uso hoje muito promíscuo desse *topos* político, é aliás possível arriscar que, junto com Tocqueville, Lincoln e outros homens de inclinação essencialmente democrática, Churchill esteja a virar-se em seu túmulo.

Seja como for, o problema da transformação de círculos viciosos em virtuosos era no tempo de Platão – e ainda agora – o *grande problema*. Jornalistas, publicitários, professores, clérigos, juizes, parlamentares e artistas medíocres tendem a formar, salvo nascimentos messiânicos, jornalistas, publicitários, professores e demais formadores de opinião ainda mais medíocres. – E irrigar como, desertos de discussões desviadas dos seus reais méritos, com nesgas de questionamentos acerca de possibilidades outras?

A crise de objetividade

Foi sugerido que a “crise” que justifica este simpósio tem estreitamente a ver com questões já familiares aos gregos do século V a. C.. Muita água passou por baixo da ponte nesses dois mil e quinhentos anos de busca de uma relação com a Verdade, que, entre outras coisas, possibilitasse seu acolhimento mundano e evitasse que em seu nome – ou contra aqueles a ela atribuídos pelos inimigos – fossem cometidos os crimes mais hediondos.

A *objetividade jornalística* ora em questão é, mais estritamente falando, um típico rebento da *modernidade*, portanto tributária de uma radicalização metodológica do *logos* grego cujas pretensões a um mundo melhor iluminado engendraram, sem dúvida, um formidável portfólio de conquistas técnico-científicas; mas, colateralmente, verdadeiros desastres éticos e políticos, como os flagelos do colonialismo e das guerras mundiais, e, mais recentemente, a ameaça ambiental e o consumo estratosférico de drogas lícitas

e ilícitas de todas as espécies, flagelos que, no fim, sequer podem ser publicamente tratados como efeitos indesejados do projeto civilizacional em curso, provavelmente pelo receio de que isso ponha lenha em fogueiras fundamentalistas já bem acesas.

Imparcialidade, exatidão e correspondência a fatos, eis o idílio de um jornalismo que jamais existiu, e não por questões menores. É hoje, aliás, questionável que mesmo as ciências mais duras obedeçam rigorosamente a tais cânones. Enfim, essa sim a sequela realmente grave, o mito da meridiana objetividade – não apenas a jornalística – abrigou em sua penumbra acumpliciamentos à formação de toda sorte de subjetividades delirantes, incapazes de mínima coerência crítico-reflexiva, sobretudo de lidar honestamente com as coisas com aquilo que lhes escapa à compreensão imediata e com as complexidades da época em que vivem.

Boa ilustração vem do fato de circularem em mesas bem escolarizadas, com ares de siso, teses científicas totalmente fora do alcance do discurso comum, como aquelas concernentes às várias dimensões do espaço-tempo ou à capacidade do DNA humano conter mais informação que a Enciclopédia Britânica. A tolerância a essa mistura de pedantismo e desnortamento esconde, na verdade, abissais implícitos retóricos e epistemológicos. Tome-se como derradeiro exemplo as hoje onipresentes placas informativas do tipo: “Sorria, você está sendo filmado”. Primores retóricos de concisão, elas sadicamente nos dizem: vocês devem sorrir porque têm o privilégio de estar sendo vigiados, e ser vigiado, hoje, fracassadas as outras formas de mediação da conduta, é a única forma de viver em segurança. Ou será outra coisa o que dizem?

A saga da retórica

Não percamos de vista a saga da retórica. Platão tinha tanto respeito por essas técnicas – das quais, diga-se passagem, eram mestres ele e Sócrates –, que recusava-se a ensiná-las aos seus alunos, não antes, pelo menos, que tivesse conseguido elevá-los através da *dialética* ao desejo de Verdade, Justiça e Bem.

Uma das melhores definições de “dialética” presente no *corpus* platônico está no mesmo *Górgias* a que já nos referimos, na passagem em que Sócrates fala de diálogos em que os participantes preferem ser refutados a refutar, ou seja, diálogos em que o objetivo é a reformulação produtiva dos problemas, a elevação mútua e não a prevalência da opinião de uma das partes (Cf. Platão, 2011: 206).⁵ Mas, Platão mostrava sabê-lo, tais conversas são raras e só podem acontecer em circunstâncias muito especiais, prevalecendo na Grécia real a face mais mundana da retórica, a *erística*. Pagava-se mesmo caro pelo aprendizado das competências discursivas e, por compreensível que pudesse ser a postura de Platão, ela terminava por deixar seus alunos indefesos frente aos homens de língua mais ágil, até mesmo por eles cooptáveis.

Sabe-se da existência de antigos manuais de retórica, como os de Córax e Tísias, que, entretanto, não chegaram até nós. O que de mais significativo temos,

curiosamente, são os ensinamentos de Aristóteles. Há inclusive quem estranhe partir do autor do *Órganon*, da *Ética a Nicômaco* e da *Metafísica* ensinamentos muito facilmente confundidos com os dos sofistas. Vale analisar a defesa da retórica feita por Aristóteles:

Mas a retórica é útil porque a verdade e a justiça são por natureza mais fortes que os seus contrários. De sorte que, se os juízos não se fizerem como convém, a verdade e a justiça serão necessariamente vencidas pelos seus contrários, e isso é digno de censura. Além disso, nem mesmo que tivéssemos a ciência mais exata nos seria fácil persuadir com ela certos auditórios. Pois o discurso científico é próprio do ensino, e o ensino é nesses casos impossível, visto ser necessário que as provas por persuasão e os raciocínios se formem de argumentos comuns, como já tivemos ocasião de dizer nos *Tópicos* a propósito da comunicação com as multidões (Aristóteles, 2006: 93).⁶

Aristóteles mostra-se de pronto muito realista quanto à necessidade do domínio da retórica por quem pretenda granjear espaço para a verdade e a justiça em âmbitos menos restritos que os da Academia ou do Liceu. Seria preciso, diz ele mais adiante, chamar atenção dos alunos para a necessidade de escolha dos lugares-comuns adequados aos diversos públicos e circunstâncias. E também instruir os alunos a considerar sempre os lados opostos de uma questão, não para perpetrar “o que é imoral”, mas para, se alguém argumentar insatisfatoriamente, estarmos “habilitados a refutar seus argumentos.” E visa os platônicos quando diz:

E se alguém argumentar que o uso injusto desta faculdade da palavra pode causar graves danos, convém lembrar que o mesmo argumento se aplica a todos os bens exceto à virtude, principalmente aos mais úteis como a força, a saúde, a riqueza e o talento militar; pois, sendo usados justamente, poderão ser muito úteis, e, sendo usados injustamente, poderão causar grande dano (Aristóteles, 2006: 94).⁷

Avoluma-se nos que se entregam a uma leitura séria da *Retórica* de Aristóteles a certeza de não ter em mãos nenhum manual de pronto e indistinto uso; tem-se, em seguida, a impressão de que o autor esperava, dilatando e aprofundando a compreensão dos meios de produção de nexos e de influência discursiva, evitar que truques linguísticos simplórios, vendidos a peso de ouro e empregados sem qualquer cerimônia, lograssem tão facilmente efeito e aplauso na *pólis* grega. Por fim, parece haver respeito do autor pelas questões lógicas, epistemológicas e políticas postas pela retórica, respeito que impede sua redução à mera condição de ferramenta, elevando-a a um patamar inequivocamente filosófico.

É já nos primeiros capítulos que Aristóteles denuncia, nas práticas de persuasão em voga na Grécia, o vício de desviarem-se do mérito das questões e jogarem convenientemente com as emoções do público e com a credibilidade dos falantes, numa barganha interminável em torno da simpatia dos ouvintes.

Tratou, assim, de identificar as formas vigentes de lidar com as dimensões do discurso marcadas pela paixão (*pathos*) e pelo prestígio dos falantes (*ethos*), mas não sem nelas aprofundar-se e acrescentar-lhes considerações sobre a argumentação propriamente racional (*logos*), indutiva e dedutiva. Escreveu nada menos que a primeira *lógica* de que se tem notícia e discutiu, com invulgar fôlego, a questão dos pontos de apoio nos quais, para além da correção formal, buscam sustentar-se as inferências. Um estudo profundo da *Retórica* há, em suma, de completar-se com um exame do *Órganon*.⁸

Só que a questão posta por Platão não se dissolveu assim facilmente. Todos os cuidados filosóficos de Aristóteles com a retórica não poderiam, de fato, garantir que dela fosse feito um uso puramente comprometido com a Verdade. É possível reforçar sua defesa alegando que não interessaria a espíritos mais imediatistas ou oportunistas o aprofundamento por ele proposto – e sim a posse de indicações mais imediatamente aplicáveis. Ou, que a progressiva penetração na inteligência humana a que convida a sua retórica acabaria por gerar amor à sabedoria e, conseqüentemente, recusa em valer-se dos discursos para fins ignóbeis. Voltamos por aí, contudo, a Platão e ao problema por ele posto no *Menon*, sobre se a virtude, seja lá por que meios, pode ser efetivamente ensinada. Seja como for, a retórica que na atual crise de objetividade vem sendo resgatada é ainda fortemente tributária de Aristóteles. Por arriscada que possa ser a empresa, não levá-la adiante é entregar a *pólis* aos sofistas de hoje, no desenho mais caricato deles feito por Platão.

A palavra e a mídia

Atualizemos a discussão. Depois de sua persistência entre oradores romanos e, num sentido já um tanto desvirtuado, nas *disputatio* medievais, a retórica mais filosófica de que aqui se fala foi se rarefazendo e apenas sobrevivendo, diante do crescimento do espírito científico moderno, como coisa espúria ou vazia, “mera retórica”, é comum ouvir. Reteve alguma dignidade talvez no campo do direito, como “teoria da argumentação”; ou no literário, como “análise de texto e estilo”.

A partir da *revolução industrial*, quando propriamente deu-se o *impulso* que desembocaria na atual massificação informativa, foi definindo-se e encorpendo-se o campo teórico-prático dos estudos sobre *comunicação social*. Se é verdade que os gregos sequer sonhavam, ao falar de *retórica*, com as novas mídias e seus milagres, é igualmente certo que na imensa maioria dessas mídias faz-se ainda hoje uso da palavra articulada, falada ou escrita. Algum motivo deve ter um jornalista experiente

como Clóvis Rossi para adaptar para a contracapa do seu muito reeditado *O que é jornalismo?* a discussão mais detalhadamente desenvolvida em sua introdução:

Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Entrar no universo do jornalismo significa ver essa batalha por dentro, desvendar o mito da objetividade, saber quais são as fontes, discutir a liberdade de imprensa no Brasil (Rossi, 2007: 7).

Não deixa de ser curioso, depois de tudo que aqui se disse dos gregos, topar com tal menção provocativa à palavra como “arma de aparência extremamente inofensiva”. O contexto é o de uma objetividade assumida como “mito”, e de um jornalismo definido como “fascinante batalha pela conquista de mentes e corações”. Por que, então, se revestiria a palavra de *aparência* assim “extremamente inofensiva”? Seria apenas confiança nas imagens – que “falam mais que mil palavras”? Ou seria, mais amplamente, o espetáculo técnico-midiático que, com seu glamour irresistível, condenaria a palavra a papéis menores? Ou, quem sabe, tudo tenha precisamente a ver com o esquecimento dessa retórica de espírito aristotélico, com o acolhimento, por parte dos que por ofício definem as pautas, dos que editam, diagramam, redigem, de hábitos lastreados em bases empíricas rarissimamente postas em questão em seus implícitos instrumentais? Falado ou escrito, o texto jornalístico tem decerto que obedecer a cânones bastante rígidos, com seus *leads*, *técnicas de redação*, *copidesques* e *regras de ancoragem*. Mas é preciso indagar: – Estão todos esses filtros, na atual crise de objetividade, comprometidos exatamente com que “padrão de qualidade”? – Será que os hábitos retóricos em vigência estão de fato à disposição dos homens que pensam determiná-los e deles valer-se? – Ou será o contrário o que se dá, numa inversão que os obriga a um incessante desenvolvimento de meios previamente comprometidos com uma estrutura incapaz de, através deles, pôr-se em questão.

Não chego a afirmar com convicção que a velha retórica aristotélica ofereça suporte para apontar no presente uso jornalístico da palavra um mero estreitamento de possibilidades mais amplas e capazes de pôr-se em questão. Deveríamos começar, quem sabe, fazendo comparações entre *leads* e *proêmios*, ou tentando mais trabalhosa-mente mostrar, a partir da compreensão grega dos momentos discursivos da *héuresis*, da *táxis*, da *léxis* e da *hypócrisis*,⁹ a que tipo de lógica – ou retórica – obedecem as atuais práticas informativas. Fato é que não somente sobre o público essas práticas exercem suas imposições, mas, mais direta e imediatamente, sobre os próprios profissionais de mídia, ficando por esclarecer em que sentido e extensão é hoje razoável falar de autonomia, liberdade de expressão e coisas do gênero.

Foi já sugerido, como face dessa mesma moeda: o próprio mito da objetividade, ao difamar a retórica como se dela pudesse livrar-se, adubou o solo para o relativismo opiniático que hoje nos fustiga e preocupa qualquer jornalista sério. Desabituada à lida com os lugares discursivos do *coerente*, do *plausível*, do *verossímil*, do *razoável*, sobretudo do *problemático*, a aldeia global foi perdendo todo e qualquer padrão de comensurabilidade, abrigando um “tudo ou nada” propício, sim, a “novas retóricas”, apenas que diametralmente opostas às aqui elogiosamente referidas. Seu “público-alvo”, cada vez maior, mostra-se miseravelmente incapaz de julgar a consistência ou mesmo acusar contradição nas informações que lhe são profusamente e emotivamente dirigidas.

É comum ouvir, por exemplo, queixumes contra a estarecedora proliferação de oradores religiosos, nos templos e na mídia, com leituras da realidade agarradas a verdades ao mesmo tempo universais e abertamente editoriais, carregadas de técnicas persuasivas, de figuras e falácias as mais apelativas. – Mas, não são igualmente chulas as estratégias retóricas de que se valem algumas capas bem vendidas para combater os discursos que não lhes são caros? – Não é igualmente paradoxal a licença hiperbólica que têm certos comentaristas, de veículos alegadamente éticos, para extrapolar os limites do *comentário* em verdadeiras *diatribes* contra os “inimigos da democracia e do desenvolvimento”?

Fique claro, não é aqui o direito à defesa desta ou daquela posição política que está sendo questionado, mas a erosão, em seu nome ou de qualquer outro, das formas mais elementares de leitura e digestão do mundo. Pois é sobre esse chão quebradiço que a “era das subjetividades” planta suas ameaças, entre elas a de fazer-nos definitivamente incapazes de formular questões à altura das complexidades em pauta.

Uma última e tempestiva ilustração: é muito curioso que o ciberespaço, com sua velocidade e pluralidade características, venha sendo proclamado aos quatro ventos como efetivamente transparente e democrático. – Mas, como é mesmo que nele se dá a disputa pela visibilidade? – Como é mesmo que funcionam os algoritmos que propulsionam as buscas? – Como mesmo são planejados, construídos e partilhados os *main backbones*? Estarecedor é que o usuário comum, atarefadíssimo em sua luta contra a obsolescência, sequer se dê conta dessas opacidades todas. Tudo faz sentido e nada faz sentido.

Renascimento da retórica?

O estudo da retórica vive hoje um *renascimento* que poderia, com milagroso vento a favor, vacinar o público contra quase toda a sorte de proselitismos, feitos seja lá em nome de que deuses. Não falo *tanto* de sua vertente mais estilística, protagonizada por Roland Barthes e pelo Grupo MU, ou de uma filosofia da ação comunicativa, tal qual desenvolvida por Jürgen Habermas, ou mesmo das arqueologias de Michel

Foucault, mas da vertente persuasiva cujo expoente é Chaim Perelman. Tornou-se clássico o seu livro publicado pela primeira vez em 1992, juntamente com Lucie Olbrechts-Tyteca, com o título *Tratado de argumentação – a nova retórica*. As pretensões da chamada Escola de Bruxelas são maiúsculas: a nova retórica representaria uma “superação da metafísica”, espécie de correção da rota que, iniciada com os gregos, desembocou nas pretensões modernas a uma objetividade hoje vácuca.

O resgate de uma retórica mais filosófica significaria, segundo essas projeções, nada menos que a salvação do *logos* do perigo do relativismo absoluto. Se não nos é dada a Verdade, podemos sim aprimorar defensivamente as nossas práticas discursivas, perceber-lhes as falácias e identificar-lhes os lugares-comuns, sobretudo rejeitando aqueles que, independente da ideologia a que se filiem e das boas intenções que os justifiquem, sejam mistificadores, apelativos e, afinal, retoricamente questionáveis.

É óbvio que tal resgate, via Bruxelas, via leitura direta dos gregos ou por qualquer outro meio que não se confunda com o mero adestramento de línguas tecnicamente eficientes, envolve enormes dificuldades. Talvez pudesse beneficiar-se – a começar pela universidade – de um estreitamento do atual fosso existente entre filosofia e jornalismo. Os dois lados precisariam igualmente “jogar terra”, tendo os filósofos que pavimentar seu caminho de volta à ágora, e os jornalistas que ampliar seus espaços e tempos interrogativos, especialmente atentos ao nó retórico em que nos embrenhamos todos.

Edgar Lyra

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Notas

1. Texto bilíngue. Tradução ligeiramente modificada.
2. Texto grego 455d – 456c. Tradução ligeiramente modificada.
3. Texto grego (*Político*) 302 b- 302 c.
4. *Democracy is the worst form of government except from all those other forms that have been tried from time to time* (em discurso na *House of Commons*, em 11 de novembro de 1947). Disponível em [http://wais.stanford.edu/Democracy/democracy_DemocracyAndChurchill\(090503\).html](http://wais.stanford.edu/Democracy/democracy_DemocracyAndChurchill(090503).html)
5. Texto grego 457c-458b.
6. Texto grego 1355 a22 et seq. Tradução ligeiramente modificada.
7. Texto grego 1355 b3.
8. Os livros que compõem o *Órganon* são: *Primeiros Analíticos*, *Segundos Analíticos*, *Categorias*, *Da Interpretação*, *Refutações Sofísticas* e os *Tópicos*.
9. A *héuresis* corresponde ao *inventário* das circunstâncias e à *invenção* da estratégia retórica a elas adequada. A *táxis* refere-se ao *planejamento*, à disposição e organização das táticas a empregar. A *léxis* define a *elocução*, a construção do discurso com seu

vocabulário específico, e a *hypócrisis*, por fim, concerne à veiculação ou *ação* que o leva ao público. O registro desses “momentos estruturais” remete primeiramente ao Livro VIII, dos *Tópicos*, e ao início do Livro III, da *Retórica*, mas foi retomado por autores posteriores até que se sedimentasse a forma hoje “canônica”, reproduzida, por exemplo, por Reboul, 1991: 54-70.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior. Biblioteca de Autores Clássicos. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006.
- _____. *Retórica*. Trad. Edson Bini. São Paulo, Edipro, 2011.
- _____. *Órganon*. Trad. Edson Bini. São Paulo, Edipro, 2005.
- GAUBATZ, Kurt. *WAIS Forum on Democracy*. Stanford, 2003.
- In: [http://wais.stanford.edu/Democracy/democracy_DemocracyAndChurchill\(090503\).html](http://wais.stanford.edu/Democracy/democracy_DemocracyAndChurchill(090503).html), último acesso em 17/03/2013.
- PENA, Felipe: *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação – a nova retórica*. São Paulo, Martins Fontes, (1992) 2005.
- PLATÃO. *Górgias de Platão*. Bilingue, trad. Daniel Lopes, São Paulo, Perspectiva, 2011.
- _____. *República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1998.
- _____. *Político*. Trad. Jorge Paleikat e João Cruz Costa. Col. Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 1972.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, (1991)2004.
- ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo?* 10ª ed., 8ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- SOUZA, Jorge Pedro. *Uma breve história do jornalismo no Ocidente*. Ebook, Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo. In: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>, último acesso em 17/03/2013.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Bilingue, trad. Anna Lia de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Recebido em agosto de 2013.

Aceito em setembro de 2013.

Resumo

Este ensaio discute as raízes histórico-filosóficas dos problemas com que se defronta o jornalismo na “era das subjetividades”, refletindo, simultaneamente, sobre a possível mitigação desses problemas a partir do resgate de uma retórica de inspiração aristotélica.

Palavras-chave

Jornalismo; Retórica; Filosofia.

Abstract

This essay debates the historical and philosophical origins of the problems faced by journalism at the “era of subjectivities”, thinking simultaneously about the possibilities to confront these problems through the redemption of a certain rhetoric of Aristotelic inspiration.

Keywords

Journalism; Rhetoric; Philosophy.